



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025
PROCESSO Nº 058/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICA Nº 010/2025

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, o Município de Salvador do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 87.860.763/0001-90, adiante denominado de Órgão Gerenciador, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. José Laerce Morales Cezar, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida Duque de Caxias, nº 357, apt. 402, Bairro Centro, Salvador do Sul – RS, inscrito no CPF sob nº. 651.150.230-91, resolve registrar os preços da(s) empresa(s), adiante denominada(s) de Fornecedor(es):

GARBIN & BERGAMO LTDA, CNPJ nº 11.442.752/0001-29, localizada na Rua João Lunardi, nº 951, Bairro Operário, São José do Ouro/RS, CEP: 99.870-000, Fone: 54 99957-0565, e-mail: licitacaoouronegro@outlook.com, representada por Janei Moccelin, CPF 324.969.150-04;

GRANDO PNEUS LTDA, CNPJ nº 03.562.696/0001-38, localizada na Avenida Juscelino K. de Oliveira, nº 8860, Bairro Santa Terezinha, Vacaria/RS, CEP: 95.201-064, Fone: 54 3511-4500, e-mail: grandopneus@gmail.com, representada por Carlos Alberto Paganella, CPF 408.208.580-72;

REDE PNEU RENOVADORA DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 87.550-315/0001-90, localizada na Rod. RST 470 – KM 216, Bairro Conceição, Bento Gonçalves/RS, CEP: 95.701-000, Fone: 54 3449-3422, e-mail: marco@redepneu.com.br, representada por Marco Antônio Marini, CPF 328.203.130-00;

RENOVADORA DE PNEUS LUFT LTDA, CNPJ nº 03.850.640/0001-89, localizada na Rod. RS 130 – KM 73, Bairro Campestre, Lajeado/RS, CEP: 95.912-220, Fone: 51 3748-0578, e-mail: administrativo@luftpneus.com.br, representada por Leandro Luft, CPF 571.067.540-72;

RICARDO GIEBMEIER, CNPJ nº 07.373.493/0001-54, localizada na Rua João Gustavo Teixeira da Silva, nº 91, Bairro Campestre, CEP: 95.912-374, Fone: 51 3709 0654, e-mail: recupel.lajeado@gmail.com, representada por Ricardo Giebmeier, CPF 732.709.030-49;

ROTT E CIA LTDA, CNPJ nº 92.252.915/0001-02, localizada na Avenida Presidente Lucena, nº 6720, Bairro Nova Vila, Ivoti/RS, CEP: 93.900-000, Fone: 51 99118-3355, e-mail: pneusrott@gmail.com, representada por Lucia Celeste Escher Rott, CPF 378.304.300-04;

TV PNEUS E RECAPAGENS LTDA, CNPJ nº 44.524.567/0001-32, localizada na Rau Alcebíades Tonin, nº 100, Bairro Industrial, Erechim/RS, CEP: 99.706-400, Fone: 54 2107-9022, e-mail: tvpneus@gmail.com, representada por Tatiana Vachileski, CPF 026.293.470-10;

Conforme Ata de julgamento de Preços, cujo resultado foi publicado na imprensa oficial, tendo sido os referidos preços oferecidos pelo(s) Fornecedor(es) classificado(s) no certame acima mencionado, conforme segue:



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

7960 - GRANDO PNEUS LTDA						
Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
1	SERVICO Recapagem Pneu 1000 R20, radial, tipo liso, com profundidade de sulco de 15,1mm no mínimo e largura da banda de 210 mm	UN		20,0000	925,0000	18.500,00
2	SERVICO Recapagem Pneu 1000x20, radial, tipo borrachudo, uso misto, com profundidade de sulco de 20 mm no mínimo e largura da banda de 210 mm.	UN		30,0000	955,0000	28.650,00
Total do Fornecedor:						47.150,00
30723 - GARBIN BERGAMO LTDA						
Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
3	SERVICO Recapagem Pneu 1400x24, com profundidade de sulco no mínimo de 3,5cm, largura da garra 6cm e largura da banda de 32cm desenho G2 (Patrola Case PAC 2, Motoniveladora New Holland e Patrola 120B)	UN		20,0000	3.010,0000	60.200,00
Total do Fornecedor:						60.200,00
32963 - TV PNEUS E RECAPAGENS LTDA						
Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
4	SERVICO Recapagem Pneu 17,5-25, com garra mínima 25mm, com desenho G2/L2	UN		8,0000	3.750,0000	30.000,00
10	SERVICO Recapagem Pneu dianteiro 14x17,5, tipo borrachudo, com profundidade mínima de 25mm - desenho G2 Retro JCB	UN		4,0000	1.880,0000	7.520,00
Total do Fornecedor:						37.520,00
31612 - ROTT E CIA LTDA						
Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
5	SERVICO Recapagem pneu 195/65 R15 (TAU4J21, TAU4J26)	UN		20,0000	524,0000	10.480,00
6	SERVICO Recapagem Pneu 7.00-16, tipo borrachudo (tok-tok)	UN		8,0000	543,0000	4.344,00
14	SERVICO Recapagem Pneu traseiro 275/80 R22,5 tipo borrachudo, com profundidade mínima de 21mm (Ford Cargo)	UN		20,0000	959,0000	19.180,00
Total do Fornecedor:						34.004,00
29503 - RICARDO GIEBMEIER						
Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
7	SERVICO Recapagem Pneu dianteiro 12-16,5, tipo borrachudo, com profundidade mínima de 25mm - desenho G2 (retro Randon)	UN		4,0000	1.500,0000	6.000,00
8	SERVICO Recapagem Pneu dianteiro 12,4-24 R1 (VALTRA A850)	UN		4,0000	1.600,0000	6.400,00
11	SERVICO Recapagem Pneu traseiro 18,4-30 R1 (VALTRA A850)	UN		4,0000	3.800,0000	15.200,00
Total do Fornecedor:						27.600,00
60 - REDE PNEU RENOVADORA DE PNEUS LTDA						
Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
9	SERVICO Recapagem Pneu dianteiro 12.5/80-18, tipo borrachudo - desenho G2 (Retro BL70B)	UN		4,0000	1.550,0000	6.200,00
13	SERVICO Recapagem Pneu traseiro 215/75 R17.5, tipo borrachudo	UN		14,0000	600,0000	8.400,00
Total do Fornecedor:						14.600,00
29893 - RENOVADORA DE PNEUS LUFT LTDA						
Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
12	SERVICO Recapagem Pneu traseiro 19,5L-24, tipo borrachudo, com profundidade mínima de 25mm.	UN		16,0000	3.600,0000	57.600,00
Total do Fornecedor:						57.600,00
Total do Geral:						278.674,00



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente ATA tem por objeto o **Registro de Preços para recapagem de pneus para veículos e máquinas do Município**, de acordo com as especificações e quantidades definidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº **010/2025**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas, por item, conforme consta nos autos do processo.

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas no Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município.

2.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

2.2.1 - O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETIRADA/ENTREGA DO MATERIAL

3.1 - A entrega/instalação do material será de acordo com as condições e locais estabelecidas nos Termo de Referência – Anexo ao Edital.

3.2 - O Município exercerá a gerência e fiscalização da presente Ata de Registro de Preços através do servidor Diego Anderson Heckler.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a **entrega** e mediante a emissão da Nota Fiscal, contado o prazo a partir do aceite da Secretaria Responsável.

4.2 – Conforme Decreto Municipal nº 3.459 de 17 de março de 2022, os documentos fiscais referentes ao faturamento das operações realizadas deverão ser adaptados e deverá constar obrigatoriamente destacado na nota fiscal:



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

4.2.1 - a retenção do IRRF a ser retido pelo Município; e

4.2.2 - informação na NF caso a entidade ou empresa (Pessoa Jurídica) enquadre-se nas hipóteses em que não haverá retenção (art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012).

4.3 - Com base no art. 10º, parágrafo 5º do Decreto nº 3698 de 24 de janeiro de 2024, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto na Lei Federal 14.133/2021, na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação.

Parágrafo Único: Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pró rata.

CLÁUSULA QUINTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

5.1 - A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1 - A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos da regulamentação municipal vigente.

6.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial do Município.

6.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice INPC, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

6.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

6.1.2.2 O transcurso do período citado no item 6.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

7.1 - O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

7.1.1. for liberado;

7.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

7.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

7.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

7.2 - No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

7.3 - O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

7.4 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

8.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.2 - No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da regulamentação municipal.

CLÁUSULA NONA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

9.1 - Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quarta, Quinta e Sexta desta Ata, com o devido registro no sistema de almoxarifado e publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

10.1 - Constituem obrigações do Fornecedor:

- 10.1.1. assinar esta Ata no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
- 10.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
- 10.1.3. manter as condições de habilitação;
- 10.1.4 – entregar o objeto desta licitação, conforme exigências mínimas do Edital;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

11.1 - Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

- 11.1.1 - tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
- 11.1.2 - emitir a solicitação e a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
- 11.1.3 - verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
- 11.1.4 - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 11.1.5 - registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;
- 11.1.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico Oficial Municipal, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

12.1 - Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade do Município de Salvador do Sul que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto na regulamentação municipal vigente.



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1- O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 13.1 as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

13.3 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

13.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

13.5 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6 - Na aplicação da sanção prevista no item 13.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 - Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 13.2, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.8 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.9 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.10 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.11 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.12 - A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “c” e “d” do item anterior, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO



MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

14.1 - Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Montenegro/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

15.2 - A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site Oficial do Município.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Seguem-se as assinaturas.

José Laerce Morales Cezar
Prefeito Municipal

GARBIN & BERGAMO LTDA

GRANDO PNEUS LTDA

REDE PNEU RENOVADORA DE PNEUS LTDA

RENOVADORA DE PNEUS LUFT LTDA

RICARDO GIEBMEIER

ROTT E CIA LTDA

TV PNEUS E RECAPAGENS LTDA